

Informações para Empresas Contratantes usando, Agências de Colocação, e Agências de Recrutamento de Pessoal

Muitos empregadores contam com as agências de emprego, colocação, e agências recrutamento de pessoal para ajudá-los a atender as necessidades de trabalhadores de curto prazo/ ou por curto período (Short Term) ou para ajudá-los a encontrar a pessoa certa para um trabalho. Se você está pensando em trabalhar para uma agência de recrutamentos de pessoal, ou colocação, existem algumas coisas que você deve saber:

- Agências de recrutamento de pessoal, ou colocação são reguladas pelo Estado de Massachusetts (Commonwealth of Massachusetts) e devem ser licenciadas ou registradas em conformidade com a Lei para Agenciamento de Emprego (MGL c. 140, § § 46A-46R). Você só deve trabalhar com agências que estão devidamente licenciadas ou registradas. Para obter uma lista de agências licenciadas e registradas, por favor visite www.mass.gov/dols/epsap.
- O direito dos trabalhadores temporários de saberem as leis ("TWRKTL" por suas siglas em inglês Temporary Workers Right to Know Law) na MGL c. 149, § 159C, estabelece certas obrigações para agências de recrutamento de pessoal e suas empresas clientes ou empresas contratantes. Estas obrigações são projetadas para dar aos trabalhadores temporários as informações básicas sobre os trabalhos e tarefas para que estão sendo enviados.



O Departamento de Normas Trabalhistas (DLS – Department of Labor Standards, por suas siglas em inglês) administra a TWRKTL interpretando a lei, a realização de inspeções e investigações, e na prática de assistência à conformidade para a comunidade empresarial. Além de exigir que seja fornecido aos trabalhadores temporários um conjunto de informações para cada nova atribuição, a TWRKTL também proíbe uma agência de recrutamento de pessoal e empresa contratante de cobrar algumas taxas, requer a agência de pessoal para postar um aviso prescrito por DLS, e proíbe uma agência de se engajar em certas atividades.

Agências de recrutamento de pessoal são obrigadas a fornecer certas informações aos trabalhadores sobre as suas designações/atribuições de trabalho. Empresas contratantes podem ajudar as agências de recrutamento de pessoal, proporcionando-lhes respostas oportunas e completas às perguntas que as agências possam ter sobre as necessidades específicas do empregador.

Obrigações da Empresa Contratante sobre o Direito dos Trabalhadores Temporários de Conhecerem a Lei

Empresas contratantes (e agências de recrutamento de pessoal) não podem cobrar taxas dos trabalhadores ou candidatos sobre os seguintes itens:

- Registrar-se com a agência de recrutamento de pessoal
- Os custos de Obtenção/atribuição de um emprego por uma agência de recrutamento de pessoal

Os trabalhadores não podem ser cobrados por outros bens ou serviços a menos que o trabalhador assinou um contrato em uma linguagem que o trabalhador entenda. O contrato deve indicar claramente que a compra é voluntária e que a agência de pessoal não vai obter lucro a partir do custo ou taxa cobrada para o trabalhador.

Trabalhadores podem ser cobrados dos seguintes itens, mas não podem exceder o custo real por candidato ou trabalhador:

- Cartão de banco, cartão de folha de pagamento, comprovante, etc, para pagar ao trabalhador o seu salário
- Teste de drogas
- Solicitação de informações de Registro Criminal
- Transporte para o/e do local de trabalho que é fornecido pelo ou através de uma agência de emprego ou local de trabalho do empregador (empresa contratante). Desde que, no entanto, que estes custos de transporte não excedam 3% do total dos salários diários do trabalhador.



(Nota: se uma agência de recrutamento de pessoal, ou empresa contratante exige o uso de determinado serviço de transporte organizado ou fornecido pela agência ou empregador, nenhuma taxa pode ser cobrada ao trabalhador para esse serviço de transporte.)

Agências de recrutamento de pessoal devem reembolsar razoáveis custos de transporte se eles enviarem um trabalhador temporário para um emprego que não existe. Isto não inclui os custos de transporte se o candidato for enviado à uma empresa para os fins de uma entrevista de emprego.

Nenhuma agência de recrutamento de pessoal, ou empresa contratante pode cobrar do trabalhador por qualquer bem ou serviço se isso fizer com que o trabalhador ganhe abaixo do salário mínimo de Massachusetts.

Atividades proibidas para as Agências de Recrutamento de Pessoal

A agência de recrutamento de pessoal não poderá:

- Conscientemente dar aos trabalhadores ou candidatos informações falsas ou enganosas.
- Utilizar qualquer nome que não tiver licenciado ou registrado com DLS na propaganda de seus serviços.
- Assignar/ceder ou colocar os trabalhadores pela força ou pela fraude, ou para fins ilegais.
- Assignar/Atribuir ou colocar os trabalhadores onde a atribuição violaria as leis de trabalho infantil, as leis de salário mínimo, ou de nível escolar obrigatória.
- Assignar ou colocar os trabalhadores onde a assignação violaria as leis relacionadas a qualquer licenciamento ou certificação.
- Assignar ou colocar os trabalhadores em um local que está em greve ou impedido, sem avisar previamente ao trabalhador deste fato.
- Recusar-se a retornar a um trabalhador ou candidato quaisquer pertences pessoais ou taxas excessivas cobradas ilegalmente por uma agência de recrutamento de pessoal ou empresa contratante.

Responsabilidade no cumprimento e na segurança dos trabalhadores*

Esteja atento ao trabalhar com agências sem escrúpulos e que se engajam em um comportamento ilegal, como o pagamento de um trabalhador menor do que o salário mínimo legal, ou o fornecimento de trabalhadores para vocês que não estão aptos e que não tenham o licenciamento adequado ou certificação necessária para realizar um trabalho. Estas são atividades ilegais, que serão processados/investigados pelo Escritório da Divisão/Departamento de Trabalho Justo (Fair Labor Division), e as violações podem resultar em multas de até US \$ 25.000.

Agências de recrutamento de pessoal para trabalho temporário e empresas contratantes partilham a responsabilidade de manter os trabalhadores temporários seguros. Agências e empresas contratantes devem trabalhar juntas para informar os trabalhadores temporários sobre os riscos do trabalho e proporcionar treinamento geral e específico do local de trabalho.

* O empregador pode ser proibido de deduzir, o carregamento, ou exigindo que o empregado incorra em qualquer custo destes artigos sob MGL c. 149, § § 148 e 150, ou outra lei ou regulamento.

DLS inspeciona os registros e instalações das empresas contratantes, de colocação, e agências de recrutamento de pessoal e investiga denúncias.

Se você tiver uma reclamação sobre as práticas de negócios de uma agência, por favor entre em contato com o Programa do DLS (Programa de agências de recrutamento de pessoal, de emprego e colocação) chamando ao 617-626-6970.

Você também pode se registrar para fazer uma reclamação através do preenchimento de um formulário de reclamação disponível na página eletrônica www.mass.gov/dols/epsap

O Programa de colocação, de emprego e das agências de recrutamento de pessoal protegem os direitos dos trabalhadores que estão sendo colocados pelas agências de emprego, e asseguram que estas agências usam práticas comerciais justas, éticas e legais. O programa também procura ajudar no emprego, na colocação, e com as agências de recrutamento de pessoal para cumprir com as suas obrigações legais perante a lei de Massachusetts por ser um recurso para eles e para ajudá-los a navegar entre a Lei das Agências de Emprego e do direito dos Trabalhadores Temporários de saberem as leis.

Violações da TWRKL são aplicadas pelo Gabinete do Procurador Geral (Office of the Attorney General) – Divisão/Departamento de Trabalho Justo (Fair Labor Division).

Para mais informações sobre a TWRKL, por favor visite a página eletrônica www.mass.gov/dols/epsap.



Massachusetts Department of Labor Standards
19 Staniford Street, 2nd Floor
Boston, MA 02114
617-626-6975
www.mass.gov/dols